1º PRONUNCIAMENTO
UM ANO DA GESTÃO 2025–2027

Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros,

A medida mais antiga do tempo talvez seja também a mais simples: olhar para o céu. Chamamos de ano o tempo necessário para que a Terra complete uma volta ao redor do Sol. Muito antes que a ciência nos desse a precisão dos calendários, os povos antigos já observavam esse movimento. Os gregos entregaram a Cronos a imagem do tempo que passa e a Kairós a ideia do tempo oportuno, daquele instante em que a passagem dos dias adquire sentido.

Completamos, nesta Presidência do Conselho Nacional de Justiça, uma volta ao Sol. E nenhuma volta se faz sozinho.

Por isso, nossas primeiras palavras são de gratidão. Às Conselheiras e aos Conselheiros, pelo diálogo e disposição permanente de construir consensos. Este Plenário foi, ao longo deste primeiro ano, lugar de muito trabalho. Os números ajudam a contar uma parte dessa história. Aqui, fizemos 18 sessões presenciais e julgamos 136 processos. Ainda, tivemos 23 sessões virtuais, nas quais julgamos 567 feitos. Foram analisados 34 processos administrativos disciplinares, aplicando-se penalidade em 30 deles. Examinamos um total de 22 revisões disciplinares, cominando penalidade em 5 delas. Por fim, aprovamos 47 resoluções e 7 recomendações, dando trato a questões que demandaram a regulação por parte do CNJ.

Agradeço igualmente às magistradas e aos magistrados auxiliares, às servidoras e aos servidores, às colaboradoras e aos colaboradores desta Casa. Uma instituição é feita pelo trabalho silencioso de quem prepara a sessão, organiza os dados, acompanha as políticas, atende aos cidadãos e transforma as decisões em realidade.

Sem a pretensão de registrar todas as ações que têm sido levadas a efeito, gostaria de realçar algumas delas.

Sob o ponto de vista estruturante, neste período, estabelecemos uma profícua relação com o Parlamento e as instituições republicanas. Comemoramos a aprovação da Lei nº. 15.366, que fortaleceu as capacidades do CNJ, criando cargos efetivos. Tivemos ainda a felicidade de nomear 61 novos servidores concursados. Aprovou-se legislação que conferiu estrutura própria e autonomia ao Departamento de Direitos Humanos, órgão vocacionado a lidar com as questões afetas ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Por último, mas não menos importante, a lei que criou o Fundo de Custas da Justiça Federal, destinou percentual de suas receitas a este Conselho Nacional de Justiça.

Acima de tudo, tornamos operacional o Fundo de Modernização do Poder Judiciário. Registro, neste ponto, meu agradecimento a todos os Tribunais de Justiça

do país e à liderança do Desembargador Francisco Oliveira Neto. A modernização do Judiciário brasileiro é uma notável construção coletiva e federativa.

As instituições não se fortalecem para si mesmas; fortalecem-se para servir. É isto que estamos fazendo.

Ao longo desta primeira volta ao Sol, procuramos fazer uma passagem: da norma à política judiciária; da política à transformação concreta da realidade.

Essa mudança de método está no Projeto ELO e no Projeto Radar, de redução de acervo processual deste Conselho; no Pena Justa e nas Centrais de Regulação de Vagas que se expandem com celeridade; no fortalecimento da integridade e da transparência pelo ONIT; na nacionalização de soluções tecnológicas pelo Programa Conecta; no Programa Justiça Mais Segura; no aperfeiçoamento do SNA (Sistema Nacional de Adoção) e do SISBAJUD; no Projeto Espiral, que levou a inovação brasileira ao diálogo com a Lusofonia; e em iniciativas de acesso à Justiça, como o PID Indígena e o Destrava.

Não posso deixar de mencionar o avanço da Plataforma Nacional de Saúde, pelo que agradeço à Conselheira Daiane Lira; a expansão do sistema SEEU em todo país, especialmente no Estado de São Paulo; a construção da política do Trabalho Decente e do respectivo Observatório da pauta, sob a liderança da Conselheira Kátia Arruda; o avanço da política nacional de cuidados do Poder Judiciário; os resultados expressivos dos Observatórios de Direitos Humanos e de Causas de Grande Repercussão.

Este Plenário está sintonizado com as políticas judiciárias. Regulamentamos o ECA Digital, com o labor do Conselheiro Fábio Esteves. Estivemos atentos à garantia de uma "Infância Protegida". Lançamos o Sistema AtalaIA, com a Conselheira Andrea Esmeraldo. Fizemos a semana da "Pauta Verde" com o Conselheiro Ilan Presser. Avançamos no uso ético e humano da Inteligência Artificial com o Conselheiro Badaró. Prestigiamos o trabalho eficiente das Ouvidorias com o Conselheiro Marcelo Terto. Contamos com o Conselheiro Carlos Vinícius no direcionamento de políticas de tecnologia e governança. Fortalecemos o combate ao trabalho escravo com o Conselheiro Paulo Régis; a pauta indígena com o Conselheiro Silvio Amorim; e a acessibilidade e inclusão com a Conselheira Noêmia Porto.

Com a Corregedoria Nacional atravessamos o desafio de aperfeiçoar toda a governança da remuneração da magistratura, conferindo-lhe uniformidade e transparência. Lançamos o contracheque único e a sua fiscalização rigorosa.

Realizamos também mutirões nacionais, entre eles o Mutirão Racial e o Mutirão do Júri, que permitiram impulsionar milhares de processos em todo o país. São esforços concentrados que transformam prioridade institucional em resposta concreta.

Essas agendas distintas são orientadas por uma mesma ideia: fazer do Conselho cada vez mais um coordenador de políticas capazes de produzir resultados concretos para as pessoas.

Ao caminharmos olhando para o futuro, três prioridades concentrarão especialmente os esforços desta gestão em 2026. Centrar-nos-emos no enfrentamento

à violência contra meninas e mulheres; no fortalecimento da rede de magistradas e magistrados que atuam no combate à criminalidade organizada; e na aceleração dos processos previdenciários e assistenciais.

No enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, o Pacto Brasil contra o Feminicídio reduziu substancialmente o tempo de apreciação das medidas protetivas, pelo que agradeço à Conselheira Jaceguara Dantas. Toda e qualquer medida protetiva é analisada no prazo máximo de 48 horas em todo país. Fortalecemos os grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência e ampliamos a articulação entre o sistema de justiça e as redes de proteção. Além disso, foi criado o Eixo Permanente de Enfrentamento da Violência contra Mulheres e Meninas no ODH.

Avançamos na construção de uma rede nacional de magistradas e magistrados que atuam no enfrentamento à criminalidade organizada. O crime organizado não reconhece as fronteiras de uma comarca ou de um tribunal. A resposta do Estado tampouco pode permanecer fragmentada.

Na jurisdição previdenciária, lançamos o AceleraPrev, para conferir efetividade a esses direitos que dizem sobre o sustento e a vida das pessoas.

Seguimos colhendo resultados expressivos no enfrentamento das execuções fiscais, historicamente um dos grandes fatores de congestionamento do Poder Judiciário. Entre dezembro de 2025 e julho de 2026, o número de processos pendentes caiu 10%, passando de 16,40 milhões para 14,76 milhões.

Ao completar esta primeira volta ao sol, portanto, não apresentamos uma obra acabada. Apresentamos uma obra em movimento. Há ainda uma segunda volta ao sol diante de nós. Seguiremos juntos, com os pés firmes na Constituição de 1988 e os olhos voltados para aquilo que ainda precisa ser realizado.

Parafraseando Fernando Pessoa, no belíssimo poema "A Passagem das Horas", podemos dizer que trazemos no coração, num cofre que não pode fechar de cheio, todas essas conquistas e realizações, todas as paisagens que vimos, do Marajó ao quilombo Kalunga, e todas elas ainda são pouco para o que queremos e sonhamos.

Às Conselheiras e aos Conselheiros, às magistradas e aos magistrados, às servidoras e aos servidores e a todos os tribunais brasileiros, deixo o meu reconhecimento e agradecimento. Uma volta ao Sol mede um ano. O que fazemos durante essa volta é o que pode dar medida e sentido ao nosso tempo. Muito obrigado.